Enade das Licenciaturas
Prova Nacional Docente
2026

Expectativa de resposta do item discursivo

Apresentação

O item discursivo da Prova Nacional Docente propõe uma situação-problema que envolve a produção de um artigo de opinião para evidenciar o potencial de um projeto – disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar –, que possibilite explorar habilidades de leitura. Na proposta, o intuito do artigo de opinião é mobilizar o corpo docente quanto à importância desse trabalho pedagógico. É importante perceber, na proposta, a associação entre os termos-chave: *habilidades de leitura*, *corpo docente, artigo de opinião*, *atividade pedagógica*, *inferência, componente curricular* e *leitura como prática social*. O direcionamento dado ao tema pelos textos motivadores aborda (i) a defesa da ideia de que ler deve ser um compromisso de todas as áreas; (ii) a proposta de uma atividade pedagógica para explorar a inferência e (iii) a reflexão sobre a atividade como ponto de partida para experienciar a leitura como prática social. Cabe ressaltar que, na proposta, não se solicita que seja construído um projeto, mas que se escreva um artigo de opinião para sensibilizar o corpo docente quanto ao potencial de um projeto que envolva habilidades de leitura.

1. Compreender a proposta de redação e atender ao gênero discursivo e à tipologia textual

1.1. Compreender a proposta de redação.

a. Fuga ao tema

Será configurado como **fuga ao tema** qualquer texto que trate de:

- problemas educacionais ou escolares diversos (como indisciplina, evasão escolar, uso de tecnologias em sala de aula ou infraestrutura), mas não mencione a leitura;
- metodologias de ensino, projetos pedagógicos ou trabalho docente em geral, mas não os relacione com a leitura;
- práticas sociais cotidianas (como a ida ao supermercado, as escolhas de consumo ou a economia doméstica), mas não mencione a leitura; e
- integração curricular ou interdisciplinaridade em geral, mas não a relacione com a leitura.

Essa lista de possibilidades **não é exaustiva**.

b. Tangenciamento ao tema (nível 1 na Competência 2)

Será configurado como **tangenciamento ao tema** qualquer texto que aborde:

- a leitura de forma ampla ou genérica (como a importância do hábito de ler, os benefícios da leitura para a vida, a crise do livro ou o perfil do leitor brasileiro), mas não relacione a leitura ao contexto escolar.

c. Abordagem parcial do tema (níveis 2 e 3 da Competência 2)

Será considerada **abordagem parcial do tema no nível 2 da Competência 2** qualquer texto que:

- aborde a leitura no contexto do ensino/escolar, porém sem especificar que ler deve ser um compromisso de todas as áreas.

Será considerada **abordagem parcial do tema no nível 3 da Competência 2** qualquer texto que:

- apenas expõe a ideia de que ler deve ser um compromisso de todas as áreas, sem defendê-la**.**

d. Abordagem completa do tema

Será considerada **abordagem completa do tema no nível 4 da Competência 2** qualquer texto que:

- defende ponto(s) de vista, e utiliza argumento(s) para defender a ideia de que ler deve ser um compromisso de todas as áreas.

1.2 Sobre o gênero

O artigo de opinião consiste em um gênero textual jornalístico predominantemente argumentativo em que o/a autor/a apresenta e defende explicitamente um ponto de vista sobre alguma questão relevante, de cunho social, político ou cultural da atualidade. Mais do que apenas informar, o/a autor/a interpreta, avalia e procura sustentar sua perspectiva analítica por meio de argumentos coerentes e consistentes. O objetivo central do gênero é convencer e persuadir o/a interlocutor/a de que a posição e a tese escolhidas pelo/a autor/a são as melhores, refutando possíveis opiniões divergentes. Elencam-se, a seguir, algumas características linguístico-discursivas do gênero:

- Defesa de uma tese ou de um posicionamento;
- Uso de estratégias argumentativas e de persuasão;

- Apresentação das questões, dos argumentos e dos contra-argumentos;
- Emprego de linguagem formal, objetiva e acessível;
- Organização do texto na 3ª pessoa ou na 1ª pessoa, conforme o estilo do/a autor/a;
- Uso dos tempos verbais no presente do indicativo ou do subjuntivo e do tempo pretérito na exposição/explicação ou apresentação dos dados;
- Uso de operadores argumentativos em função articuladora coesiva; e
- Uso de exemplos, dados, fatos, estatísticas, citações ou referências, com vistas a conferir confiabilidade para os próprios argumentos.

Para efeito de avaliação,

- o título é facultativo;
- a escolha da pessoa do discurso é do/a participante;
- a sequência textual argumentativa é predominante, articulando-se à expositiva em boa parte do texto;
- as sequências textuais narrativas, descritivas, injuntivas e dialogais podem estar presentes de forma pontual; e
- a organização textual pode se aproximar do texto dissertativo-argumentativo.

2 Apresentar uma atividade pedagógica que atenda plenamente ao solicitado no item discursivo.

2.1 Atividade pedagógica

Atividade pedagógica compreende o conjunto de ações, de tarefas e de vivências intencionalmente planejadas, mediadas e executadas no contexto educacional, com vistas a promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos/as estudantes. Para efeito de avaliação, serão aceitas expressões equivalentes, como: prática pedagógica, prática de ensino, ação educativa, tarefa escolar, entre outras. Além disso, a banca também considerará exemplos ou descrições de atividades pedagógicas, mesmo que o termo não apareça de forma explícita no texto.

2.2 Inferência

De modo geral, a inferência pode ser entendida como um processo de construção de sentidos em que o/a leitor/a articula informações do texto, conhecimentos de mundo e elementos do contexto sociocultural. Compreender um texto implica mobilizar experiências, valores, conhecimentos prévios e expectativas que permitem ao/à leitor/a ultrapassar aquilo que está explicitamente escrito. Para efeito de correção, espera-se que a atividade pedagógica explore a inferência como habilidade leitora, sendo aceitos como correspondentes de *inferência*: dedução textual, compreensão de implícitos, leitura das entrelinhas, leitura inferencial, interpretação de implícitos, dedução lógica fundamentada no texto, entre outros.

2.3 Componente curricular

Componente curricular designa cada uma das unidades de estudo ou campos de saber estruturados que integram tanto a proposta pedagógica quanto a matriz curricular das instituições de ensino. Como os participantes que realizaram a questão discursiva advêm de variadas áreas da Licenciatura, a banca entende que podem ser igualmente válidas tanto as atividades pedagógicas voltadas a um componente curricular específico quanto as propostas interdisciplinares, multidisciplinares e/ou integradoras.

2.4 Leitura como prática social

Partindo do difundido pensamento freireano de que a leitura de mundo precede a leitura da palavra, pode-se afirmar que o ato de ler não se esgota na decodificação (por exemplo, reconhecer letras e palavras, relacionar escrita e sons), tampouco nas capacidades de compreensão (por exemplo, localizar informações, levantar hipóteses, produzir inferências). A leitura como prática social parte dessas duas dimensões, mas amplia seu alcance na medida em que envolve o uso de diferentes linguagens para participar da vida em sociedade: resolver situações cotidianas, interagir com outras pessoas, tomar decisões, posicionar-se criticamente etc. Para efeito de avaliação, serão aceitos como correspondentes de *leitura como prática social*, por exemplo: práticas de letramento, uso social da leitura, função social da leitura, leitura como prática discursiva, leitura em contextos reais de uso, leitura crítica e cidadã etc.

3 Sobre os Direitos Humanos

Configura **desrespeito aos Direitos Humanos (os tópicos seguintes são exemplos)**:

- frases que reforcem preconceitos ou estereótipos negativos (tais como: *estudantes de baixa renda ou de determinadas regiões são incapazes de desenvolver a leitura crítica e a inferência* ou *o ensino da leitura deve ser restrito apenas aos estudantes mais avançados*);
- qualquer afirmação que defenda a negação ou a restrição do direito à educação e ao acesso à leitura tanto a grupos vulneráveis quanto a estudantes com deficiência ou com necessidades específicas;
- defesa da censura, da limitação da liberdade de pensamento ou do cerceamento ao acesso à diversidade de textos e conhecimentos nas diferentes áreas do saber; e
- defesa da segregação pedagógica ou exclusão de certos grupos de estudantes do processo de aprendizagem e da vivência da leitura como prática social.